

A Educação que queremos

José Luiz Valente

Traduzimos assim, na Secretaria de Educação, a determinação do governador José Roberto Arruda de dar prioridade à Educação: levá-la, até 2010, ao topo do ranking de desempenho escolar em qualquer um dos indicadores nacionais disponíveis. Levá-la oferecendo qualidade, em igualdade de condições, a cada um dos alunos da rede pública — se levarmos uma benfeitoria a uma escola, teremos que multiplicá-la pelas 620 escolas da rede pública.

É meta ambiciosa, devido ao tamanho do desafio: somos 620 escolas, 30 mil professores, 15 mil servidores, 520 mil alunos, num total de 600 mil pessoas, o equivalente à população de 307 municípios brasileiros juntos. Por isso mesmo, requer grandes esforços de autoridades dessa e de outras secretarias, de professores, diretores, profissionais das escolas, diretores regionais de ensino e sempre, sempre, da comunidade. Temos convicção de que venceremos o desafio.

Para cumprir essa meta escolhemos um caminho: um choque de gestão, coluna vertebral do Plano de Ação para a Educação do DF para o quadriênio 2007-2010. Todo o resto virá porque acertamos na gestão, inclusive a Educação Integral que desejamos implantar a partir de 2008. O eixo fundamental sobre o qual se apóia nossa gestão é a "Gestão Compartilhada", assim chamada porque exige responsabilidade de todos.

Ela modificará as regras para a escolha dos dirigentes das escolas, hoje restrita à vontade do Poder Executivo. Pelas novas regras, professores, funcionários, alunos e pais escolherão diretores e vice-diretores.

Para habilitarem-se aos cargos, os candidatos terão que se submeter a uma avaliação de seu perfil como gestor. A partir daí, os aprovados passarão por um processo de qualificação para capacitá-los a trabalharem dentro

do modelo que privilegia a gestão.

Para que a equipe escolhida possa assumir o compromisso de realizar essa gestão, pretendemos dar-lhes condições adequadas de trabalho. Há muitas medidas em andamento — a implantação de um confiável sistema de informática, por exemplo — mas duas se destacam: as escolas terão orçamento próprio para comprar material de escritório, limpeza, fazer pequenos reparos e pagar contas de água, luz e telefone; e a criação de um banco de professores temporários que substituirão, de forma imediata, professores faltosos ou licenciados.

Feito isso, será hora de avaliarmos os esforços despendidos, por meio de um Programa de Avaliação do Desempenho da Escola. O desempenho das escolas será medido a partir de um indicador que reunirá diversos quesitos a serem avaliados — quer aqueles que dizem respeito aos aspectos pedagógicos, no caso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado pelo Ministério da Educação para medir a qualidade da Educação no Brasil; quer os que envolvam a eficácia da gestão, compostos por indicadores que levarão em conta os cuidados com a gestão pública, como o consumo de água versus número de alunos da escola e o de telefone versus número de professores mais funcionários. O resultado final evidenciará maior peso ao indicador pedagógico, pois é ele que define se o aluno aprendeu ou não.

Assim estabeleceremos metas por escola. Para que possamos avaliar seu desempenho, basta determinarmos as metas que deverão ser atingidas no ano e partir em busca dos resultados. Como forma de compensação pelo alcance dos objetivos, criaremos a Gratificação de Desempenho da Escola, dividida entre professores e funcionários das escolas que atingirem suas metas.

Por fim, uma vez implantado o novo modelo de gestão, estaremos aptos a implantar a "Escola Modelo de Gestão Compartilhada de Tempo Integral". Essa escola proporcionará oportunidades para que os alunos permaneçam dois turnos aos seus cuidados. Terá condições de organizar a melhor estratégia de ensino e oferecer condições de cidadania aos alunos, a partir de ações socioeducativas complementares.

A receita para a gestão que desejamos é não perder tempo reinventando a roda, mas fazer as coisas óbvias, que dão resultado, e ter a coragem de fazer diagnósticos verdadeiros por mais dolorosos que sejam. A situação em que se encontra a educação brasileira nos exige a postura de definir prioridades, visto que o número de problemas que se arrastam no tempo é surpreendente. O que falta, no mais das vezes, é coragem ao governante para confrontar o problema. Essa coragem não nos falta.